

DO ESTRUTURALISMO AO NEOESTRUTURALISMO: Síntese da Trajetória Histórica do Pensamento Cepalino

Paulo Vinícius Menezes de Medeiros¹

Recebido em 30 de junho de 2016
Aprovado em 24 de agosto de 2016

DOI: 10.18829/rp3.v0i08.19387

RESUMO

O trabalho busca traçar um recorte temporal sobre a trajetória histórica do pensamento cepalino a partir das interpretações e influências extrínsecas sobre desenvolvimento econômico aplicadas no contexto latino-americano. Tais interpretações surgem num contexto de desenvolvimento romeno na relação entre os modelos tradicional-agrícola e o moderno-industrial. As premissas da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) então edificadas com base na experiência da expansão capitalista dos países centrais e periféricos e são reinterpretadas à luz da realidade latino-americana. Ao longo da história e da contribuição de outras ciências, o entendimento sobre desenvolvimento e a relação centro-periferia da América Latina toma outros caminhos, o que divide o pensamento cepalino em duas etapas: o estruturalismo e o neo-estruturalismo.

ABSTRACT:

The work seeks to map out a time frame on the historical trajectory of ECLAC thinking from interpretations and extrinsic influences on economic development applied in the Latin American context. Such interpretations arise in Romanian development context in the relationship between the traditional and the modern-agricultural-industrial models. The premises of the United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean

¹Universidade de Brasília – UnB. E-mail: pvmmedeiros@hotmail.com

(ECLAC) buildest then based on the experience of capitalist expansion of the central and peripheral countries and are reinterpreted in the light of the Latin American reality. Throughout history and the contribution of other sciences, the understanding of development and the center-periphery relationship in Latin America takes other paths, which divides the ECLAC thinking in two stages: structuralism and neo-structuralism.

1. Introdução

O objetivo deste curto trabalho é traçar uma trajetória histórica do pensamento cepalino a partir das interpretações e influências extrínsecas sobre desenvolvimento econômico aplicadas no contexto latino-americano. Com a fundação da *Comissão Econômica para a América Latina* e o Caribe (CEPAL), verificou-se que deveria haver um processo de substituição das importações capaz de alterar a estrutura produtiva dos países periféricos, pois existia nela uma tendência de se reproduzir e perpetuar o sistema na relação centro-periferia. A busca se dá pela necessidade de geração de poupança interna para o início de um processo de investimentos primordial para o desenvolvimento da região, o qual se esbarra no questionamento de quem deveria assumir esse papel e a maneira pela qual ele deveria ser construído. O esforço dessa internalização, geração e atração da poupança advém do entendimento de que a apropriação da inovação tecnológica, sob a ótica do clássico empresário inovador schumpeteriano, passa a ser ferramenta primordial para o processo de desenvolvimento latino-americano. Entretanto, neste contexto, o Estado assume o caráter deste empresário na relação com o capital privado para implementação de políticas macroeconômicas condizentes com sua realidade, contudo, sob molde da expansão capitalista dos países centrais.

2. A América latina e suas especificidades

A América Latina guarda em seu conjunto e sua essência aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos ao mesmo tempo distintos e semelhantes. Distintos quando se compara de forma regionalizada e se categoriza suas especificidades a partir de uma observação mais restrita, como as diferenças climáticas, acidentes geográficos, diversidade de formas de paisagens, clima e recursos naturais, onde se desenvolveram culturas distintas a

partir das interações socioculturais dos processos de colonização, migração e intercâmbio comercial e tecnológico. Semelhantes quando se propõe a relacioná-la ao contexto internacional, pois neste aspecto, mais generalizado, a região não forma parte do “mundo desenvolvido”, já que em nenhum dos países que a congregam é possível observar, homogeneamente, níveis de vida, educação, competitividade e desenvolvimento tecnológico para que se considerasse uma região desenvolvida.

Ainda que haja uma persistência da pobreza, da desigualdade e a ausência de uma grande transformação, a América Latina apresentou períodos de crescimento e melhoria das condições econômicas e sociais, passando por significativas mudanças e atingindo uma situação intermediária na comparação com o mundo.

A estrutura produtiva da maioria dos países latino-americanos possui algumas características que vêm se reproduzindo continuamente. A falta de superação de um padrão de especialização produtiva com base na exploração de recursos naturais, ainda que alguns países tenham conseguido diversificar suas estruturas produtivas e atender a mercados internacionais com manufaturas e serviços; e a dificuldade de entrar nos segmentos mais dinâmicos do mercado internacional dos pontos de vista tecnológico e da expansão da demanda, a partir daquela especialização, contribuíram para a alta volatilidade da região e para a relação de dependência para com os países considerados desenvolvidos, tornando o entrave ao desenvolvimento social e econômico da região. Ainda que não seja a intensidade ou a forma da especialização produtiva, ou ainda, do padrão do uso da tecnologia e capital, haja vista que outros países e regiões tenham se transformado apoiados na disponibilidade de recursos naturais para iniciar trajetórias de desenvolvimento bem-sucedidas (BÉRTOLA; OCAMPO, 2010)

As transformações ocorridas na região, por um período da história, tiveram forte influência do planejamento econômico a partir dos estudos realizados pela CEPAL. Sua fundação, em 1948, marca o ano zero para a região quando se refere a um olhar para políticas de desenvolvimento originais e autênticas, refletidas sob uma conjuntura particular interna que buscava compreender sua formação social, histórica e econômica e elaborar trajetórias para o desenvolvimento em amplas camadas. Portanto, para a realização deste artigo, apoiou-se nas contribuições de diversos cientistas sociais, econômicos e políticos para pensar uma forma de superação da relação centro-periferia a qual a região havia sido submetida.

Talvez o seu maior expoente, o argentino Raúl Prebisch, inaugura um pensamento crítico, mas de base metodológica marshalliana, de acordo com Soares (2004). Não foi somente a refutação das teorias convencionais da livre-concorrência no mercado internacional que fez com que o autor se tornasse um marco no pensamento econômico latino-americano, e sim seu olhar circunscrito ao mundo de seu tempo, baseado em premissas que não explicavam a realidade de seu contexto econômico, social e político. Em outras palavras, o monopólio que predominara no mercado internacional, resultado do maior dinamismo de um país em particular, se deixado ao vento, não se transformaria em livre concorrência. É nesse prisma que a industrialização dos países da América Latina, por meio de um comércio multilateral e com ganhos de troca equalizados, passa a ser o ideário de Prebisch. Portanto, não é a contestação da divisão internacional do trabalho, segundo Soares (2004), que marca a proposta da industrialização, mas sim a aplicação marshalliana de caráter reformista para mostrar que as regras do comércio internacional estavam perpetuando um desenvolvimento heterogêneo.

3. Bases para o pensamento cepalino

As ideias para um projeto de desenvolvimento não são exclusivas para a América Latina. Países do leste europeu, constituintes de uma relação periférica com o restante da Europa, já refletiam a importância de um pensamento para o desenvolvimento e um entendimento das relações entre os países. Os trabalhos de Alexandru D. Xenopol, Petre S. Aurelian¹, Mihail Manoilescu², dentre outros de tantos autores romenos, já buscavam pensar na importância da industrialização para o desenvolvimento da Romênia e propagava um programa econômico por meio da industrialização por substituição de importações dirigida pelo Estado. Esse último defendia, supostamente, as vantagens do protecionismo científico, que uma economia industrial traria para o desenvolvimento, porém, ao longo de sua trajetória, muda seus preceitos e passa a defender a associação à política nazista de vincular a agricultura romena como forma complementar econômica da Alemanha, o que traria os frutos necessários para alavancar o processo de desenvolvimento.

¹ AURELIAN, P. S. *Nosso Futuro Econômico* (1890)

² MANOILESCU, M. *A teoria do Protecionismo e das Trocas Internacionais* (1929).

Ao vincular-se economicamente à Alemanha na produção exclusiva de *commodities*, a Romênia passara por um declínio em seus preços dado por duas razões: a intensificação por parte dos países industrializados na corrida pelo conhecimento para encontrar alternativas para uma autossuficiência em termos de produção de trigo com o intuito de se precaver de um conflito internacional, e; a aplicação da tecnologia e de seu avanço, representada no papel do trator nos países agrícolas de alta produtividade (LOVE, 1998).

Os trabalhos de Manoilescu contribuem também para a construção dos trabalhos de Raúl Prebisch, o fundador da CEPAL, que se valia de um principal argumento elaborado por aquele, na perspectiva dos custos de produção: a grande diferença entre os salários da agricultura tradicional e os da indústria, a partir da análise da produtividade (LOVE, 1998). Tornava-se um obstáculo ao processo de industrialização que poderia ser contrabalançado por uma tarifa compensatória ou subsídios para os produtos industrializados, dado o entendimento e a compreensão de que havia uma produtividade maior na indústria em comparação com a agricultura e que haveria, no longo prazo, uma tendência de convergência das produtividades agrícola e industrial. No momento em que a produtividade marginal do trabalho da agricultura fosse menor que em outros fatores, deveria haver uma transferência da mão-de-obra excedente para as atividades manufatureiras ou de maior produtividade. Neste sentido, em 1939, a Romênia buscou o desenvolvimento industrial orientado pelo Estado e a este caberia assegurar a independência econômica do país, elevar o nível geral da renda e transferir, quando necessário, o excesso populacional da agricultura para as empresas industriais.

Destarte, há a constatação de uma economia dualista a qual Prebisch compreendia e introduziria em 1945 a terminologia “centro-periferia” para acentuar o dualismo presente na economia internacional: um setor industrial urbano e moderno, interligado às trocas e às finanças internacionais e outro setor agrícola, camponês e incapaz de adaptar-se às transformações internacionais (DOSMAN, 2011).

Prebisch ponderava os percalços que essa relação estabelecia a partir do argumento de que a distribuição dos benefícios na relação comercial internacional era desigual, já que a dinâmica do comércio exterior e o ciclo econômico iriam favorecer sempre os países industrializados, sendo um processo inerente do sistema. Logo, os ganhos de produtividade seriam sempre maiores em produtos industriais na comparação com os primários. Isso se verificava na deterioração dos termos de troca a qual sugeriu em 1943. O ciclo econômico internacional agravava as economias periféricas dada a subordinação aos países centrais. Essa dependência

e desequilíbrio econômico e social se acentuavam ainda mais nos períodos de recessão, já que a vulnerabilidade dos países periféricos era maior devido ao grau de sindicalização na América do Norte e na Europa era suficiente o bastante para evitar um colapso de mesma proporção nos preços. Dentre outros fatores, estava a defesa para que as economias periféricas se transformassem produtivamente, migrando de uma produção primário-exportadora para uma economia industrial (DOSMAN, 2011).

O grande trabalho de Prebisch, intitulado *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, sofreu diversas críticas, principalmente, no que se refere à questão da inovação tecnológica. Ele nunca buscou ser uma tese de desenvolvimento econômico acabada, mas já apontava sinais do que viria a ser o grande impulso econômico: a absorção de tecnologia e o desenvolvimento da inovação tecnológica de forma endógena. O texto não defendia o fechamento do mercado internacional, tampouco era anti-comércio, pois entendia que quanto maior fosse o comércio exterior e o comércio intrarregional para a América Latina, maiores seriam os ganhos de produtividade mediante uma intensiva transformação de capital. O fator limitante para os investimentos necessários na formação bruta de capital se dava pela característica da insuficiência de poupança, o que tornavam aqueles dependentes de capital estrangeiro. Também não era contra a agricultura, nem cegamente favorável à industrialização, já que ela não deveria ser um fim em si mesma, mas um caminho para se obter parte dos benefícios do progresso técnico e aumentar progressivamente o padrão de vida da população (PREBISCH, 2000).

Nas economias mais avançadas as decisões sobre investimento e poupança são consideradas independentes, já que a renda per capita é um determinante importante na oferta de poupança. Por outro lado, nas economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, as decisões sobre as duas assertivas são amplamente interdependentes. Conforme Hirschman (1977), nestas economias, as somas na poupança dependem mais de maiores oportunidades de investimentos e da remoção de vários obstáculos para a atividade do investimento do que do aumento da renda. Há também um vislumbre do caráter democrático do investimento, principalmente em países subdesenvolvidos, quando assumem a forte tendência de dispersar o esforço do investimento em vários pontos, sob o argumento de que o progresso econômico se consegue através de uma força empregada de maneira igual a todos os membros e setores da comunidade, quando, do contrário, há que se concentrar o esforço nos pontos de escassez crítica.

Numa abordagem semelhante aos caminhos do desenvolvimento apontados por Hirschman, Wallich (1958) afirma que é distinta a adequação à expansão clássica schumpeteriana – preocupação em compreender os ciclos de expansão capitalista – para os países em desenvolvimento e, neste caso, os países latino-americanos, devido as suas condições e contextos. Essa expansão é atribuída ao perfil dos empresários capitalistas, disponibilidade de capital e nível de concorrência. Nesse sentido, a teoria schumpeteriana tem seu modelo questionado por Wallich quando da adoção por países menos desenvolvidos, uma vez que, nesses, a principal força motriz recai sobre o Estado. No caso de países centrais, tal força recai na figura do empresário, da firma, cujo objetivo central é o enriquecimento privado (OLIVEIRA, 2015).

Na visão de Wallich, o capitalismo periférico se expande por intermédio das inovações do setor público e, destarte, a inovação é um fenômeno proveniente do setor privado exclusivamente. É válido frisar que essa premissa possui um contexto na realidade capitalista em países centrais dos anos 1950 nos quais o Estado tem um papel menos presente no cotidiano da sociedade. A força motriz da firma schumpeteriana possui sua base na oferta de bens, portanto, é voltada para a produção. Para o processo de desenvolvimento, pressupõe-se o consumo, força pertencente à demanda e, nesse sentido, o resultado não advém da própria inovação, mas sim da assimilação das inovações existentes. Assim, o desenvolvimento é derivado das inovações realizadas em outro lugar, nascendo, portanto, o conceito de desenvolvimento derivado (OLIVEIRA, 2015).

4. Estruturalismo e Neo-estruturalismo cepalino

Neste sentido, Prebisch defendia um olhar para dentro das especificidades da América Latina. Assim surge a CEPAL, conhecida como o marco inicial da América Latina no que consiste em um pensamento para o desenvolvimento a partir de sua análise de formação social, econômica e política, cujo objetivo era a transformação econômica da região, consciente de que o processo seria longo e complexo e que um planejamento constante seria necessário, partindo-se de industrialização acelerada e mudanças institucionais e estruturais, como reforma tributária, reforma agrária, investimento estrangeiro, crescimento do comércio, além da cooperação técnica. O autor recebia várias críticas, muitas delas referente à participação do Estado como agente primordial nesse processo. Assentavam na ideia de Estado voltado

essencialmente para a construção de infraestrutura e controle da inflação. Com essa última, Prebisch concordava, entretanto rechaçava aquela primeira, pois defendia a presença de um Estado mais ativo no processo de aceleração da industrialização.

Para construir seu argumento, Prebisch também verificou que a elasticidade-renda da demanda variava de acordo com o tipo de bem. Por exemplo, para produtos primários, ela era menor que um e, para produtos manufaturados, ela era maior que um. Isso significa que com um acréscimo no nível de renda local, maior seria a demanda por produtos de maior valor agregado. Como a economia dos países latino-americanos era basicamente agrícola, haveria, portanto, um estrangulamento na balança de pagamentos³ e tendo como reflexo um endividamento externo desses países por causa da deterioração dos termos de troca (PREBISCH, 2001).

O autor, então, inaugura a escola estruturalista cepalina que possui o pensamento econômico mais influente do mundo periférico e sistematiza suas ideias a partir de alguns aspectos importantes: (i) desenvolvimento de forma desigual do capitalismo a nível global; (ii) crítica à teoria da economia neoclássica do comércio internacional e; (iii) relações comerciais entre centro e periferia de forma hierárquica (FIORI; MEDEIROS, 2001).

Logo, o cerne da questão encarado pelos estruturalistas seria buscar uma forma de proporcionar o desenvolvimento das economias de base agrária, isto é, como o excedente econômico a partir da comercialização de bens primários no mercado internacional poderia criar oportunidades de investimento no setor secundário. Observada a elasticidade-renda da demanda e a deterioração dos termos de troca, a balança de pagamentos poderia criar uma própria restrição ao processo de crescimento econômico quando o ritmo desse esbarra na disponibilidade de recursos externos. Por conseguinte, a essa estrutura produtiva dos países periféricos e a tendência dela mesma em reproduzir e perpetuar o sistema foi denominada de estruturalismo.

A CEPAL, ao longo da evolução do pensamento frente aos processos e desencadeamentos da economia mundial, foi-se transformando e readaptando suas medidas frente ao papel do Estado na economia e as orientações às economias periféricas para o desenvolvimento.

³ Na Economia, a Balança de Pagamentos é um instrumento contábil e é resultado da soma do saldo da Balança Comercial e do saldo dos Fluxos de Capital e descreve a relação do país com o resto do mundo através do registro de todo o dinheiro que circula por meio do comércio, de investimentos, de empréstimos, da repatriação de capital, das remessas de migrantes, etc.

Como aponta Bielschowsky (2000), o pensamento dessa instituição foi dividido em duas etapas: o estruturalismo e o neo-estruturalismo. Esta segunda etapa é decorrente dos fracassos sociais das políticas econômicas indicadas para a América latina nos últimos anos derivadas do Consenso do Washington, em 1989. A partir de 1950 e durante as seguintes décadas até 1980, o estruturalismo é dividido em quatro fases, mais ou menos desmembrada por décadas: a industrialização por meio da substituição de importações; a agenda de reformas e as teorias econômicas e sociológicas da dependência, da estagnação e da heterogeneidade estrutural; os “estilos” de crescimento e a reorientação da industrialização para promover exportações industriais e; o controle da inflação, a renegociação da dívida e ajuste expansivo baseados no tripé dívida-inflação-ajuste. Deste modo, “sanados” os efeitos, a escola cepalina retoma a temática do desenvolvimento econômico de longo prazo, apoiada e adaptada ao neoliberalismo, ou seja, aos novos tempos de abertura e desregulação, dando início ao neo-estruturalismo.

Historicamente, o processo de industrialização dos países latino-americanos e emparelhamento ao capital internacional – independentemente das políticas macroeconômicas e dos problemas estruturais dirigidos pelo Estado – afundou com o fim da contração do financiamento externo. Tal ciclo, com início na década de 1960, generalizou-se por toda a região até a década de 1970, quando se dá o freio no financiamento e aumento da crise da dívida externa no começo dos anos 1980. A América Latina, entre 1973 e 1981, absorvia mais da metade da dívida privada destinada ao mundo em desenvolvimento e ainda assim seguia como a região que atraía maiores fluxos de investimento direto estrangeiro (OCAMPO, 2015).

Em vista disso, prevaleceram métodos e processo de incorporação de recursos externos, financeiros, tecnológicos, humanos e materiais até meados da década de 1950, os quais puderam contribuir para o nascimento de uma indústria essencialmente nacional latino-americana. Contudo, a partir desse período, pós Segunda Guerra Mundial e superadas as crises dos anos 1930, além da expansão acelerada das empresas multinacionais simultaneamente com a nova etapa de substituição de importações na região, deu-se início a uma fase de desnacionalização e sucursalização da indústria da América Latina (SUNKEL, 2000).

A nova agenda do neo-estruturalismo, portanto, consistia em uma “Transformação Produtiva com Equidade” proposta na década de 1990, rompendo com o pensamento estruturalista

anterior, quando da incorporação de teorias neoclássicas de comércio internacional, conceituado como “regionalismo aberto” com medidas de abertura comercial, desregulação e privatização. Assim, o Estado passa a assumir o papel de expectador das forças de mercado, um coadjuvante que perdeu seu papel estratégico de promotor do desenvolvimento.

Os fundamentos do neoestruturalismo estariam fixados nos conceitos de competitividade sistêmica, isto é, a competitividade é determinada pelo complexo sistema social e os fatores institucionais, políticos e culturais traduzem mudanças na produtividade e na absorção do progresso técnico. Em outras palavras, é por meio da geração de um “ciclo virtuoso” entre crescimento, progresso técnico e equidade. Assim, a competitividade não é apenas um problema macroeconômico e passa a se inserir numa nova governança da ação pública cujo desafio compete a todos os protagonistas sociais. A otimização dos esforços marginais das firmas frente aos preços relativos não altera o grau de competitividade internacional e o desempenho tecnológico-econômico, já que esses dependem do grau de sinergia e externalidades de diferentes tipos, como sistema educativo, infraestrutura tecnológica, relações de trabalho, sistema financeiro, aporte institucional público e privado, dentre outros (FAJNZYLBBER, 1988).

Algumas considerações se integram à análise do enfoque neo-estruturalista: os temas fiscais, a liquidez e a regulação da balança de pagamentos, incluída a regulação da conta de capitais. A partir dos anos 2000, esta corrente se articula a quatro grandes áreas: macroeconomia e finanças comércio internacional, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental. Assim, passa a dar lugar a um programa heterodoxo no que consiste à macroeconomia, desenvolvimentista quanto a alocação de recursos e a intervenção do Estado; universalista no campo social e; conservacionista quanto ao meio ambiente (BIELSCHOWSKY, 2009 *apud* BARCENA; PRADO, 2015).

Destarte, pela própria necessidade das reconstruções do pensamento cepalino diante das mudanças ocorridas no mundo e das relações que se constituíram entre centro e periferia, pode-se dizer que o processo de industrialização por meio da substituição de importações, ainda que tenha sido galgado pela crise das relações internacionais, bem como pela percepção da própria dificuldade do balanço de pagamentos dos países da América Latina, e além de ter sido construído através de uma política deliberada, verificou-se uma integração maior entre os mercados e a criação de novos vínculos, estes poderosos e crescentes com as economias dos países centrais. Neste processo, a industrialização não libertou a região da relação periférica

estabelecida; ao contrário, as economias agroexportadoras foram condenadas a aprofundar ainda mais essa relação, isto é, depender ainda mais desses vínculos dada a sua própria estrutura.

Conclusões

A construção do pensamento cepalino marca a trajetória de um ideário voltado para o desenvolvimento econômico e social a partir da compreensão de suas especificidades e sua formação social, econômica e política. Os países latino-americanos estão inseridos em um contexto internacional cujas políticas elaboradas e implementadas buscam acelerar um processo de retirada da relação de dependência constituída desde sua origem.

A América Latina sempre esteve inserida no contexto internacional e isso faz parte de sua identidade. As políticas construídas a partir da CEPAL compreendiam na importância de se criar e potencializar as relações de comércio entre os países que a congregam, vinculadas com as políticas internacionais e com as influências das construções teóricas para as políticas de desenvolvimento desses países periféricos. Ainda que nos questionemos sobre os motivos pelos quais esses países não foram ainda capazes de realizar uma transformação socioeconômica mais radical, as respostas não serão encontradas puramente em teorias econômicas.

A pequena contribuição deste trabalho foi buscar a base da construção do pensamento econômico latino-americano representado na figura da CEPAL e suas principais adaptações contextualizadas com o cenário internacional, com o processo de formação político-sócio-econômico e à luz das teorias econômicas principais.

Essas foram marcadas por debates que questionavam o papel das instituições e os determinantes principais do desenvolvimento institucional. Temas como as estruturas sociais, relações de poder e riqueza, o papel das burguesias nacionais e os processos de formação dos Estados-Nação, que se encontram fragilizados em sua maioria e frutos da sua herança colonial atrelada às dificuldades políticas e econômicas de inserção no comércio internacional, criam uma conjuntura determinante para o aprofundamento e necessidade de se buscar explicações para se atingir o desenvolvimento latino-americano de forma ampla e exitosa.

À vista disso, as alterações organizacionais e tecnológicas têm, sobremaneira, apontado para um novo requisito de fluidez, aperfeiçoando os elementos de seletividade. Destarte, um processo contínuo de desconstrução e reconstrução de novas dinâmicas e dimensões territoriais, tendo na figura do capitalismo o compositor de forças polarizadoras, desenhando novas geografias e novos padrões de atratividade e dominação, demonstrando sua capacidade de se extorquir excedentes dos diferentes locais, tendo como manifestações ou consequências da própria evolução do sistema capitalista, o subdesenvolvimento, a marginalização e a dependência.

Referências Bibliográficas

- BÁRCENA, A.; PRADO, A. (Orgs). *Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. Chile: CEPAL, 2015.
- BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: uma resenha*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- DOSMAN, E.J.. Raúl Prebisch. *A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto 2011.
- FAJNZYLBBER, F. Competitividad internacional: evolución y lecciones. *Revista de la CEPAL*, Santiago, Chile, Nações Unidas, n. 36, 1988.
- FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (orgs.) **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- LOVE, J.L. *A Construção do Terceiro Mundo*. As teorias do Sub desenvolvimento na Romênia e no Brasil. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998..
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo: Ed. Record, 2000
- _____. “Entrevista inedita a Prebisch (1985): logros y deficiencias de la CEPAL”. In: *Revista de la CEPAL* 75 . p.9-23, dez. 2001. Disponível em: <
http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37880/RVE75_es.pdf?sequence=1>.
Acesso em: 01 jul. 2015
- OLIVEIRA, L. G. Expansão cíclica da economia brasileira, um resgate da abordagem de demanda derivada de Wallich. *RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, v. 1, p. 01-08, 2015.
- OCAMPO, J. A. et al. *La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica*. Santiago de Chile: Cepal, 2014. 176 p. Disponível em:

<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36761/S20131019_es.pdf?sequence=1>.
Acesso em: 01 jul. 2015.

SOARES, P. T. P. L. Prebisch (1949): contestação à teoria econômica convencional e utopia reformadora?. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004

SUNKEL, O. Desenvolvimento, sub desenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo: Ed. Record, 2000.